

NORMAS PARA A PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS NESTE SITE

- 1- Os trabalhos deverão ser inéditos, sendo a afirmação de autoria de responsabilidade do apresentante.
- 2- Os trabalhos deverão ser salvos no editor Microsoft Word 2003 (ou 2007 ou qualquer outro compatível), e enviados para o seguinte endereço: jurispinheiro.cpc@outlook.com
- 3- Com o trabalho, o autor deverá remeter um *curriculum vitae* completo, sem necessidade de comprovação dos dados, estando ciente da responsabilidade pela veracidade dos dados.
- 4- Com a aprovação da publicação pela direção e assinado o termo de autorização pelo autor, considera-se autorizado o site para a postagem do artigo.
- 5- Os trabalhos não terão limites de laudas, mas podendo ser recusados os muito reduzidos, observando-se o seguinte: fonte: Arial, corpo 12; margens superiores e inferiores: 2,5 cm; margens laterais: 2 cm; tamanho do papel: A4; espaçamento entre linhas: 1,5; espaçamento dos parágrafos: 3 cm.
- 6- Os textos poderão ser redigidos e publicados em Português, Espanhol, Inglês, Francês ou Italiano.
- 7- As referências Bibliográficas deverão obedecer à NBR 6023/2000 (Norma Brasileira da Associação Brasileira de Normas Técnicas ABNT). A referência basicamente deve indicar o último sobrenome do autor, em letras maiúsculas; vírgula; prenome e outros patronímicos em letras minúsculas; ponto; título da obra em negrito; ponto; número da edição (a partir da segunda); ponto; local da publicação; dois pontos editora (não se usa a palavra *editora*); vírgula; ano da publicação; ponto. Exemplo: PINHEIRO, José Rodrigues. **Tratado da Arbitragem**. São Paulo: Scortecci, 2010.
- 8- A primeira folha do trabalho deverá constar: o título do artigo, o(s) nome(s) do(s) autor(es) e o ano da publicação.
- 9- Encabeçará o artigo um sumário, no qual deverão constar os itens com até três dígitos. Ex. **Sumário:** 1 Introdução – 2 Arbitragem na União Europeia - 2.1 Arbitragem na Itália - 2.1.1 Organização judiciária italiana - 2.1.2 Organização da arbitragem - 2.1.3 Quem pode ser árbitro? 2.1.4 Responsabilidade dos árbitros - 2.1.5 Custas e honorários - 2.1.6 Rejeição de árbitros ...

- 10-Devem ser evitadas longas transcrições de obras jurídicas e jurisprudência e, em qualquer caso, toda e qualquer citação ou transcrição deverá vir com a indicação da forma devida.
- 11-A Transcrição de jurisprudência, se for imprescindível, deve ser restringir somente à frase ou frases essenciais que ferem o tema, e sempre com a indicação do tribunal, turma ou seção, relator, data do julgado e veículo em que foi publicado e data da publicação:

Exemplo:

“...3. A presença de condições subjetivas favoráveis ao paciente não obsta a segregação cautelar, desde que presentes nos autos elementos concretos a recomendar sua manutenção, como se verifica no caso presente.”

(STF, 1ª Turma. HC 96.517. Rel. Min. Menezes Direito. Julg: 3-022009. Revista de Direito do Ministério Público: MPRJ, nº 40, abr./jun. 2011, p. 261).

- 12-Os destaques que se queiram dar ao texto devem ser feitos em *itálico*, não devendo ser usado o negrito nem a sublinha, a não ser o negrito para destacar cada capítulo, se for o caso.
- 13-As transcrições com menos de três linhas, deverão ser feitas no próprio corpo do texto, conforme mandam as normas. As transcrições com mais de três linhas, deverão ser em letra na mesma fonte, corpo 10, normal (sem itálico nem negrito), espaçamento entre linhas simples, com afastamento lateral esquerdo de cinco centímetros, sem a utilização de aspas.
- 14-Se o trabalho puder ser publicado em formato de livro, o autor poderá entrar em contato para combinar os custos, sendo o produto final disponibilizado no site para venda ao público.
- 15-Em nenhuma hipótese os artigos publicados terão seus originais devolvidos, sendo descartados pela Revista os que não forem publicados.
- 16-Os trabalhos aprovados mas que necessitem de adequações e correções serão devolvidos ao autor para as providências devidas.

- 17-Fica na responsabilidade do autor o registro de sua obra nos órgãos registrais confiáveis, como a Fundação Biblioteca Nacional, sendo aconselhável que, antes do envio dos originais, que estes já tenham sido remetidos para esse órgão.
- 18-Caso haja necessidade de revisão gramatical, a direção do site poderá providenciar profissional qualificado para tanto, com a aprovação dos custos pelo autor, a combinar.